

*Museus da Universidade do Porto.
Projecto Museológico.
Relatório base do programa preliminar*

AA. W. *

Abstract - *The text, in a vast and integrated way, intends to draw attention to the value of the University of Porto's collections and, at the same time, to its poor condition and cultural marasmus. Some principles and strategies are expressed with the intention of installing, on the Sciences Faculty building, a museological core, starting point for a program that honourably frames the University of Porto's Museums. Equal to the mobile heritage, the quality of the building demands its protection and it's assumed as element of the Collection. At a valuation moment of the city, the university is encouraged to implement inventory, safeguard, valuation and diffusion measures to its heritage.*

Nota Prévia

O presente relatório constitui a primeira fase da estruturação de um programa preliminar e pretende apresentar directrizes para a realização de um Programa Museológico. Entendido como relatório preliminar, apresenta propostas que necessariamente têm de ser clarificadas como princípios orientadores de uma discussão que se quer participada por todos os envolvidos no processo.

* Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Armando Coelho F. da Silva (Coord.), Professor Associado com Agregação; Alice Semedo, Manuel Engrácia Antunes, Mário Brito, Paula Menino Homem, Pedro Borges de Araújo, Assistentes Convidados.

1. Proposta de definição da natureza conceptual dos Museus Universitários

1.1 Natureza e Objectivos do Projecto Museológico

1.1.1 Valores

Tendo em conta as diversas funções que qualquer museu deve assumir como serviço público e, ainda, que cada núcleo museológico tenha objectivos específicos a cumprir, será possível destacar valores comuns que devem identificar os Museus da Universidade do Porto e estruturar todo o trabalho do Projecto Museológico, definindo claramente a sua Missão e Objectivos.

Esse valores comuns devem marcar decisivamente o desenvolvimento e implementação do Programa Museológico em todas as suas vertentes, nomeadamente:

— **Preservação**

O museu preserva o passado de uma comunidade ao adquirir, catalogar, guardar, conservar, investigar, proteger de roubo, vandalismo ou outros cataclismos

— **Investigação**

Sendo a Universidade a instituição de investigação por excelência, não podem os seus museus deixar de reflectir esta função, quer nas temáticas apresentadas por exposições ou outra programação pública, quer em todos os aspectos da prática museológica

— **Educação**

Valor estruturante de qualquer museu, assume no âmbito dos museus universitários, um papel preponderante e deve ser visto como resultado de todas as suas actividades, parte integral de todos os esforços de comunicação

— **Inovação**

— **Experimentação**

— **Proactividade**

Mais do que meros museus que reagem às necessidades dos diferentes públicos, implica a antecipação e a projecção como verdadeiros geradores de cultura

— **Profissionalismo**

1.1.2 Missão

Os museus da Universidade do Porto são instituições sem fins lucrativos que se dedicam a coleccionar, preservar, interpretar e expor com o fim último de promover a compreensão do papel desempenhado pela Universidade.

1.1.3 Objectivos

- Coleccionar, guardar, preservar e documentar objectos que sejam abrangidos pela política de gestão de colecções adoptada
- Facilitar o acesso, físico e intelectual, a essas colecções e à informação a elas associadas
- Proporcionar serviços a uma camada de público tão alargada quanto possível
- Promover a investigação e a publicação
- Desempenhar um papel activo na vida cultural, científica, educacional e económica da cidade do Porto

1.1.4 Estratégias de desenvolvimento e implementação do projecto museológico

1.1.4.1 As Colecções da Universidade do Porto

1.1.4.1.1 *Análise da situação actual*

Objectivos:

- Conhecer e avaliar o património museológico da Universidade do Porto na sua dimensão histórica e patrimonial, de modo a definir políticas concertadas de protecção, estudo e divulgação
- Iniciar um programa de valorização e rentabilização do património museológico da Universidade do Porto
- Realizar um inventário sumário das colecções museológicas e avaliar as condições de conservação necessárias para a sua preservação
- Divulgar o património museológico da Universidade do Porto, através do recurso às tecnologias da Informação e das Comunicações, tornando-o acessível à Universidade e ao público em geral
- Iniciar um processo de articulação entre diversas vertentes da actividade da Universidade do Porto, no que respeita ao património Museológico, Arquivístico e Biblioteconómico, numa perspectiva de acesso à informação

Metodologias:

- Realização de um inquérito a todos os núcleos que permita uma visão genérica sobre o tipo de colecções museológicas existentes, o estado dos respectivos inventários e o tipo de suportes em que esta informação se encontra
- Definição de um plano de trabalho com os responsáveis dos diferentes núcleos museológicos da Universidade do Porto, adequando à situação concreta de cada núcleo os objectivos que se pretendem alcançar
- Definição da infra-estrutura técnica que suportará a articulação do projecto entre os diferentes núcleos e uma estrutura central que coordenará as diferentes iniciativas
- Implementação das diferentes iniciativas

- Divulgação nacional e internacional do projecto
- Envolvimento de projectos de investigação nas diferentes áreas científicas e técnicas do projecto museológico
- Avaliação da implementação do projecto

Iniciativas:

- Elaboração de um inquérito e tratamento da informação relativos à caracterização genérica do património museológico da Universidade do Porto e das condições de segurança em que se encontra
- Definição e implementação do sistema informático que permitirá o estabelecimento de comunicação através de correio electrónico entre os núcleos museológicos e a estrutura coordenadora
- Instalação dos meios técnicos necessários para o funcionamento de um sistema de catalogação e gestão de colecções museológicas
- Inventário sumário e sistemático das colecções e avaliação das suas condições de conservação
- Disponibilização do inventário à Universidade e ao público em geral, através da Internet
- Criação de uma galeria virtual das colecções museológicas das colecções da Universidade do Porto, através da qual serão efectuadas exposições temporárias

1.1.4.2 A Estrutura Física da "Rede de Museus Universitários"

Apreciação das instalações actuais/ edifícios

1.1.4.3 Estudo de Mercado e Comunicação

Objectivos:

- Identificar as oportunidades dos Museus universitários para atrair diferentes segmentos do mercado
- Examinar a compatibilidade dessa oportunidades com os objectivos e recursos disponíveis
- Determinar os segmentos do mercado, nos quais os serviços dos Museus se deveriam concentrar
- Seleccionar a programação que melhor sirva e atraia uma vasta audiência
- Definir características da imagem a ser projectada pelos Museus
- Potenciar entidades financiadoras
- Procurar a eficácia da gestão
- Caracterizar o seu público
- Promover o profissionalismo

1.1.4.4 Estudo dos dispositivos de exposição e interpretação das colecções

A partir dos estudo prévio das colecções, estruturação e análise de propostas, tendo como objectivos:

Exposições Permanentes

O conceito de exposição permanente deverá relacionar-se mais com os conceitos inerentes aos temas em exposição do que propriamente aos artefactos e espécimens utilizados

Objectivos:

- Incrementar o interesse pelas áreas científicas abrangidas e pelo trabalho de pesquisa que se realiza nesse contexto
- Discutir as grandes aquisições da ciência e da tecnologia e suas aplicações
- Analisar os contextos em que se produziram esses avanços
- Discutir o impacto económico, social e cultural do desenvolvimento da ciência e da tecnologia
- Desenvolver temáticas relacionadas com a memória do lugar, o edifício
- Abordar, histórica e sociologicamente, a história da Universidade

Exposições Temporárias

O programa de exposições temporárias deverá sempre ser cuidadosamente estudado de forma a articular-se com todo o projecto museológico e de forma a servir os objectos do museu.

Objectivos:

- Criar a oportunidade para se concentrar num só aspecto
- Estabelecer protocolos com outras instituições que se relacionem de alguma forma com as colecções dos museus
- Apresentar trabalhos realizados no seio da Universidade
- Explorar temas das exposições permanentes
- Acolher exposições que quanto à abordagem temática e modos expositivos apresentem características experimentais alternativas

Deveria, ainda que em desenvolvimento posterior, ser considerada a possibilidade de organização de Exposições Temporárias Itinerantes, utilizando um veículo que percorreria a cidade.

Salas de Actividades

No domínio interpretativo a oferta pública do Museu deverá ser enriquecida com áreas especialmente vocacionadas para uma intervenção pedagógica e para acti-

vidades que, embora de carácter lúdico, possam desempenhar igualmente um papel educativo. Recorrendo a soluções interactivas que promovam a interdisciplinaridade e a exploração de recursos/ tecnologias educacionais ao nível e segundo as aptidões de cada visitante e estabelecendo estreitas relações com as outras áreas de exposição e reserva.

Objectivos:

- Dar ao público a oportunidade de compreender e apreciar melhor a cultura material através de uma interacção diferente com os objectos e espécimens
- Mostrar e explicar algumas das técnicas de análise e estudo da cultura material através de actividades, pequenas exposições, material audiovisual e algumas demonstrações
- Abrir as reservas ao público através de um espaço onde as colecções circulem

2 Instalação do Pólo Central dos Museus Universitários no Edifício da "Faculdade de Ciências"

2.1 Introdução

Com a transferência de todos os serviços da Faculdade de Ciências para novas instalações, pretende a Reitoria da Universidade do Porto reinstalar neste edifício, que ficará devoluto, a própria Reitoria e, conjuntamente, implementar o processo de instalação de um Pólo Central Museológico, a configurar a estrutura base dos Museus Universitários.

Este pólo terá como objectivo promover a compreensão dos conceitos científicos, nomeadamente no modo como se relacionam com a nossa vida quotidiana, permitindo o acesso físico e intelectual às colecções reunidas pela Universidade ao longo da sua história e que são testemunhos das actividades de investigação e ensino.

Dada a natureza e fins últimos da instituição, da qual é parte, deverá vir a contemplar duas vertentes integradas, permitindo dar a conhecer as colecções que constituem o património da Universidade (objectos, instrumentos, materiais, etc.) e, simultaneamente, propor dispositivos, instrumentos, acções e iniciativas, etc. que, pelo seu carácter interactivo, configurem a vocação pedagógica e didáctica mais actualizada de um museu/ casa de ciência. Aspectos a salientar quando o Público Alvo é constituído pelos Estudantes e Investigadores Universitários e pelos Estudantes dos diversos graus de ensino, para além do Público em geral.

O núcleo não deverá ser entendido como UM Museu, mas como Pólo Central de uma rede de Núcleos Museológicos da Universidade, previsivelmente a integrar na Rede Nacional de Museus. Não pretenderá sobrepor-se, ou absorver em demasia, as naturais expectativas de cada instituição do conjunto das da Universidade do Porto, podendo, antes, constituir uma coordenação inter-núcleos.



Este Pólo Central permitirá manter, ou instalar, os actuais "núcleos residentes", integrando os que se encontram em actividade regular e outros que a curto prazo possam fazer, desde que lhes sejam criadas condições. Manterá transitoriamente alguns de entre estes que sejam criadas, fora deste edifício, condições para a sua (previsível ou desejável) transferência. Poderá, ainda, instalar aqueles que não contemplam outra alternativa.

Caberá também a este Pólo Central remeter para aqueles que instalaram nas suas instituições os seus próprios núcleos, bem como promover o intercâmbio de exposições entre todos e com instituições nacionais e estrangeiras, exteriores à Universidade do Porto.

Considerado o limite temporal de curto prazo a ser observado para a realização de uma primeira fase das obras, deverá cuidar-se a possibilidade de que possam estar criadas condições físicas necessárias e suficientes para que sejam levadas a cabo as tarefas indispensáveis à realização de um Inventário Básico Geral, promovendo a realização de um Relatório Preliminar de Conservação.

Dadas as características e potencialidades deste equipamento admira-se que possa, pelo conjunto das suas disponibilidades, integrar um Centro de Investigação e Experimentação, debruçado sobre as actividades Museológicas, dando particular atenção aos Espaços Expositivos.

2.2 Análise da situação actual

2.2.1 O edifício da "Faculdade de Ciências"

2.2.1.1 Valor patrimonial do Edifício/ Instituição

O edifício actual da Faculdade de Ciências, enquanto construção significativa na estruturação da forma urbana da cidade do Porto, e conferindo ainda a visibilidade arquitectónica da própria instituição universitária, tem uma história própria e uma participação na história da cidade que lhe conferem um valor patrimonial intrínseco, quaisquer que possam ser as perspectivas de incidência na análise.

Do ponto de vista da relação entre edifício e instituição podemos considerar uma sucessão ininterrupta, desde a instalação no Colégio dos Órfãos da Aula de Náutica (1762) e da Aula de Debuxo e Desenho (1779), passando pelo projecto de José Costa e Silva (1803), de articulação independente entre o Colégio e Real Academia da Marinha, e posteriores re-orientações, de projecto e obra, pelo Engenheiro Carlos Amarante (1807?). A partir daqui, tomadas as grandes opções, uma nova série de projectos, do Prof. Gonçalo e Sousa (1862) e do Engenheiro António Araújo e Silva (1898) acabariam por reunir num único edifício a Academia Politécnica, a Academia de Belas Artes, a Escola Industrial e a Biblioteca Municipal.

Sucintamente tratada esta relação entre instituições académicas e edifício, mantendo este o essencial da configuração desde 1898 até aos nossos dias, poder-se-á, ainda, explorar de modo mais particular esta história mais recente e verificar como se mantém constante o uso e destino funcional da forma arquitectónica.

2.2.1.2 Valor patrimonial do Edifício/ Arquitectura/ Construção

Considerando o seu estado físico actual como resultado natural de todas as vicissitudes devidas à acção do tempo e acomodação às variantes solicitações, apresenta patologias construtivas diversas e revela disfuncionalidades óbvias. Se as primeiras são, sobretudo, de natureza própria, construtiva, e da sua travessia sob a acção do tempo e do meio e, talvez mais ainda, das limitações a uma manutenção que fosse repondo ou reajustando esses elementos, as segundas introduzem uma maior complexidade analítica. Sucintamente, as disfunções orgânicas a que se aludiu serão reveladoras das sucessivas camadas de respostas às solicitações que ocupações consecutivas e diferenciadas foram exigindo. Variações que reflectiram o modo de adaptação funcional e simbólica das pessoas e das instituições, ambas em mutação constante.

Do ponto de vista conceptual e tipológico, o edifício mantém o essencial da arquitectura de época, embora sejam patentes as insuficiências devidas ao desenvolvimento desigual da componente técnica e tecnológica que em tempos mais recentes foram sendo, e são, requerimentos básicos para a exploração de um equipamento com as características deste e que, obviamente, não se vislumbravam desde a sua

gênese. Resultou pois numa sobreposição, por vezes pouco exigente, de soluções correctivas e outras aumentativas sem, aparentemente, ponderar a introdução de soluções estruturais que num dado momento pudessem ter acertado as possibilidades com as exigências.

Contudo, estes aspectos revelam, pela pouca monta, a extraordinária capacidade da construção inicial, incluída a sua arquitectura, para receber e absorver, em tão ampliado lapso de tempo, transformações muito diferenciadas, casuais e aleatórias, sujeitas a ser respostas de momento a problemas de momento, mais que soluções de um tempo a pensar no futuro. Parece, contudo, que assim pode ficar também demonstrada a capacidade, flexibilidade e potencialidade de um edifício na aparência tipologicamente "fechado", construção e concepção arquitectónica, mas que se manteve, por estas características, "aberto" a uma polivalência e plurifuncionalidade sem perda ou descaracterização do seu ser.

Quer do ponto de vista do património cultural, arquitectónico e construído, quer museológico, estas considerações assumem, ou levam a assumir, o próprio edifício como uma componente essencial, considerando-o como parte integrante do objectivo e do projecto museológico, pelo que se constitui como mais um, porventura dos mais relevantes, objectos do seu espólio. Objecto esse que interessará tratar, não só mas também, na vertente museológica, como testemunho material do Homem e do seu Meio. Tratamento que, em curso ou a iniciar-se, poderá abranger desde a história nas suas diversas áreas, a história da cidade, do desenho urbano, da arquitectura, da construção, do desenho, da instituição, das instituições, social, económica, etc. da qual este objecto e o sistema de interrelações e interdependências que esclarece são testemunho apreciável. Não serão, contudo, estes ou apenas estes os aspectos sobre os quais repousam os critérios ou objectivos do projecto, que se pretendem da disciplina da arquitectura. O edifício não será pois uma matéria, um material, a partir do qual se moldará uma nova arquitectura, mas uma arquitectura, uma construção sobre a qual se opera informadamente, com vista a eliminar as patologias e disfunções que evidencia, utilizando as micro-cirurgias adequadas à sua adaptação funcional, interpretação e qualificação arquitectónicas, em função dos fins últimos, globais e particulares que se pretendem.

2.2.1.3 As Colecções dos Núcleos Residentes

- Fundo Antigo da Biblioteca da Universidade do Porto
- Mineralogia
- Estratigrafia e Paleontologia
- Zoologia
- Arqueologia e Etnologia
- Física
- Química

2.3 Conservação Preventiva, Curativa e Restauro

De diferentes naturezas e sensibilidades próprias, as colecções museológicas da Universidade do Porto evidenciam estados de preservação variados, reveladores de contingências e contextos igualmente distintos. Todas elas, no entanto, carecem de um plano de intervenção sistemática faseado que assegure a sua salvaguarda e valorização futuras.

Antes de progredir em termos de tal plano, consideramos ser metodologicamente mais correcto e interessante fazer primeiro uma abordagem às terminologias actualmente utilizadas e aos princípios que as fundamentam e norteiam.

Porque não nos referimos apenas a conservação e restauro e fazemos questão de subdividir a área da conservação em preventiva e curativa?

O restauro tem por fim tornar legível o património, contextualizá-lo e valorizá-lo. A sua acção é directa e aplica-se sempre a um objecto (bem móvel, imóvel e móvel imobilizado) específico. Este, não se encontra em perigo e, portanto, não corre o risco de desaparecer pois a sua estabilidade física e química está assegurada. O restauro não é nem pode ser, por princípio, uma prioridade mas será uma opção que se pode tomar, quase sempre, mais tarde.

A conservação assume como objectivo melhorar a qualidade e prolongar a esperança de vida dos bens culturais. A sua acção pode ser exercida directamente sobre o objecto específico ou, ainda, indirectamente, incidindo sobre o seu micro ou macro ambiente, sobre a gestão de todas as actividades que o envolvem. Contrariamente ao restauro, uma intervenção de conservação é suscitada pela existência comprovada ou pela probabilidade de vir a existir qualquer degradação, instabilidade. Não é uma opção mas antes uma obrigatoriedade quando o problema ocorreu ou potencialmente, qualquer que seja o grau, há o risco de poder vir a ocorrer.

Subdividimos a conservação em curativa, que aborda os efeitos da degradação, e era preventiva, que se dedica às suas causas. Quer dizer, fazendo a tradicional e feliz analogia com a medicina: por um lado, trata-se o paciente agindo sobre os sintomas e, portanto, directamente sobre o objecto que evidencia sinais de degradação, visando não só impedir a sua progressão como, se possível, garantir a sua regressão; por outro lado, actua-se sobre a patologia e, portanto, sobre as causas e condições que geram os problemas, procurando inibir a sua capacidade de actuação. A distinção reside na oportunidade e no carácter da intervenção: um, terapêutico, o outro, profilático.

As sábias operações de preservação dos nossos antepassados não estavam integradas num termo genérico de "conservação preventiva" mas eram apelidadas de outros termos como "prudência" ou "bom senso". Os gestos precederam a designação.

Uma abordagem profiláctica implica, forçosamente, uma mudança de escala. Falamos, desde então, do ambiente, uma vasta perspectiva que ultrapassa o tropismo do objecto para compreender a arquitectura, manutenção preventiva e correctiva, planos de protecção e segurança, estudo de materiais, registo de dados,

enfim programação concertada, sistemática, calendarizada, estimada e cabimentada orçamentalmente, de todas as acções.

A conservação preventiva constituiu-se, podemos dizê-lo, como uma multinacional que, pouco a pouco foi e vai englobando domínios variados. Tem por base casos concretos. Neste sentido, não se pode falar propriamente de uma teoria mas antes mais de um método. Alicerçou-se sobre a necessidade; situações críticas que requerem uma reflexão, um estudo aprofundado e pluri-interdisciplinar e uma reacção. Não age exclusivamente sobre o objecto. Os seus campos de acção privilegiados são, muitas vezes e muito mais, os espaços, os ambientes, os comportamentos, a gestão da sua utilização. Nestas condições, o objectivo a alcançar é promover uma forte e coesa articulação entre os diferentes profissionais, um verdadeiro e genuíno trabalho de equipa. Trata-se de uma disciplina fundamentalmente interactiva.

Apesar de começar a estar na moda e de ser até encarada como a mais elevada forma de conservação, especialmente no que diz respeito à arquitectura, a prevenção não tem tido o desenvolvimento e a abordagem séria e metódica, tão necessária e urgente.

Reduzir a conservação preventiva a simples e repetitivas acções de manutenção é um erro grave. A inovação e investigação são fundamentais e, para constituir um conjunto coerente, é indispensável encarar a conservação preventiva ao mesmo nível de formação que a curativa. Uma e outra representam um todo e devem evoluir em sincronismo.

2.3.1. Objectivos e princípios

A Universidade do Porto possui espaços e colecções, em natureza e em número, de elevadíssima dignidade, que muito podem contribuir para o enriquecimento não só da Escola em toda a sua plenitude de funções e intérpretes como de todos os que, numa rede cada vez mais extensa e complicada, com ela mantêm relações, não importa de que carácter. Não podem é deixar de ser integrados num programa concertado de actividades que os catalogue, investigue, preserve, valorize e divulgue.

Face tanta riqueza de espólio e as condições em que actualmente se encontra, a abordagem estratégica a programar tem, forçosamente em nosso entender, de equacionar períodos de distinta duração. Consideramos não possuir qualquer tipo de viabilidade um programa que, num período de curta/média duração, estipule como objectivo final a salvaguarda, valorização e divulgação de todo o espólio museológico da Universidade do Porto. Esse será, sim, um objectivo passível de ser alcançado num programa de longa duração. Fasear será a atitude mais racional a emprender. Numa fase inicial, consideramos ser muito mais razoável capitalizar e centralizar os esforços de toda a equipa de trabalho nos núcleos museológicos instalados no belíssimo edifício da Faculdade de Ciências, sita na Praça Gomes Teixeira, da cidade do Porto.

Se existem normas rigorosas e metódicas no domínio da conservação curativa e do restauro, que nos aliviam de certos problemas, e se pretendemos efectuar uma

abordagem mais concreta em termos de conservação preventiva, propomos que a metodologia desenvolvida face aos objectos seja aplicada, nesta situação, igualmente ao ambiente. De facto, este passará a ser também o nosso objecto; o objecto "ambiente".

Ao lado dos parâmetros ambientais habitualmente estudados, que podemos qualificar de "científicos" (humidade relativa, temperatura, iluminação, poluição, ventilação) temos de, cada vez com mais premência, introduzir duas outras categorias:

- O "construído"; o edifício, estruturas de acomodação em reserva, de exposição e de apoio à deslocação e transporte, etc;
- O "humano"; quadros científicos, técnicos, administrativos, público, quer dizer, todo o tipo de pessoas responsáveis pela manipulação ou pela tomada de decisões relativas aos objectos e colecções em causa.

Uma tal caracterização pode parecer desesperadamente banal. O objectivo é simplesmente estabelecer a justa importância do "construído" e do "humano" de modo a serem estudados tão metodicamente quanto os outros factores "científicos". Dado o seu impacte nas colecções, é bem provável que tal estudo venha a alterar significativamente as escolhas e prioridades de intervenção.

A abordagem prevista em termos de conservação preventiva, curativa e restauro incidirá em todo o tipo de trabalho de bastidores, as reservas, e culminará no espectáculo das exposições. Nortear-se-á pelos seguintes princípios:

1º Princípio - Exame/inspecção

Toda a operação de conservação e restauro começa por um exame sistemático do objecto. Podemos adoptar o mesmo princípio para o objecto "ambiente". Existe, no entanto, uma grande diferença entre os dois procedimentos. Com efeito, no caso do objecto, ele é estático, quer dizer, o exame pode ser, geralmente, realizado num espaço específico e apropriado, um laboratório por exemplo. Em relação ao ambiente, o processo é obrigatoriamente dinâmico, uma vez que tem a ver com todos os elementos, variáveis ou fixos, do contexto no qual as colecções são mantidas.

A inspecção, quer relativa aos objectos quer aos ambientes, tem por fim identificar os elementos constituintes de uns e outros, as condições, as alterações eventuais e assinalar potenciais riscos. Desenrola-se em laboratórios e nos espaços onde as colecções são mantidas ou para onde são deslocadas.

2º Princípio - Documentação

Em conservação e restauro, a documentação é o princípio ético por excelência: memória e transparência da intervenção, justificação de escolhas, partilha e difusão de informação.

Em conservação preventiva, a documentação é igualmente um utensílio de trabalho indispensável. É o sistema que permitirá uma recolha organizada de informações e sua interpretação.

É o estudo da documentação que permitirá assinalar os problemas reais, em "actividade", definir a amplitude das acções a empreender e os meios necessários para as implementar.

A documentação é também um utensílio de comunicação. Com efeito, as intervenções dependem da aprovação de quem tem o poder de decisão e requerem, na sua concepção, a colaboração de especialistas quer da área das ciências humanas quer da das ciências exactas. Para estabelecer um diálogo profissional, desenvolver propostas correctas e estimadas financeiramente, são necessários dados quantificados, referências precisas e organizadas.

Instrumento de análise, utensílio de comunicação, a documentação assegura uma terceira função essencial, ligada ao objectivo último da conservação preventiva: estabelecer as relações entre objecto e seu contexto. Os conceitos de estabilidade ou de equilíbrio são indissociáveis do de continuidade.

3º Princípio — Intervenção mínima

Neste domínio, aliás como em muitos outros, é essencial grande prudência.

A primeira regra a seguir é a de intervir apenas em caso de necessidade fundamentada. Se o estado de uma colecção é estável, o mais correcto será não intervir alterando, por exemplo, o seu ambiente, mesmo que as condições verificadas estejam em desacordo com as normas recomendadas.

A segunda é a de fugir das soluções radicais e de grande envergadura, de certeza de muito mais elevados custos e nem sempre com garantias de paralelo em termos de eficácia e sucesso.

Toda a intervenção deve, necessariamente, ser subordinada à interpretação das informações recolhidas, sua síntese, verificação, à planificação precisa das acções a empreender e à ponderação das suas consequências e impactes.

Como elemento de reflexão, propomos a conclusão a que Gäel de Guichen chegou através das suas investigações: "Ao proceder a uma intervenção directa sobre as obras, podemos destruir uma meia dúzia por ano. Ao intervir sobre o ambiente, podemos facilmente multiplicar por 1000 esse resultado."

2.3.2. Estratégias

Para alcançar os objectivos e respeitar os princípios enunciados, a equipa de trabalho projecta implementar algumas medidas estratégicas:

1. Monitorizar, examinar, avaliar e documentar as condições ambientais dos espaços em que as colecções se encontram e dos espaços para onde se pretendem fazer deslocar.

Todos os parâmetros deverão ser, antes de tudo, definidos:

1.1. Para o ambiente "construído"

A sua localização, orientação, natureza dos materiais de construção, vãos, dimensões e gestão dos espaços, circuitos eléctricos, circuitos de água e

saneamento, enfim, devem ser devidamente assinalados todos os dados que podem vir a contribuir não só para a caracterização da situação como para o seu diagnóstico global;

1.2. Para o ambiente "científico"

As características do clima anual local, as sondagens climatéricas no exterior e interior do edifício e seus espaços específicos, são dados preliminares necessários ao estudo. Pretende-se proceder à recolha sistemática e contínua de dados sobre humidade (absoluta, relativa, pressão de vapor), temperatura, ventilação, iluminação (tipo de radiação, intensidade da radiação, tempo de exposição) poluição (externa, interna; gasosa, compostos inorgânicos e compostos orgânicos voláteis; partículas em suspensão) biodegradação (micro e macroorganismos);

1.3. Para o ambiente "humano"

Pretende-se identificar, em termos qualitativos e quantitativos, as pessoas que "manipulam" as colecções, frequentam e utilizam os espaços, o ritmo com que o fazem, as regras, os meios e técnicas utilizados. Pretende-se igualmente obter informações sobre o impacto do ambiente "construído" e do ambiente "científico" em termos de saúde ambiental e ocupacional dessas pessoas.

Toda a recolha de dados será feita nos espaços da Faculdade e Ciências da Universidade do Porto. Trata-se de uma fase obrigatoriamente inicial e prévia a qualquer alteração no edifício, espaços ou colecções. Contará com a colaboração de diferentes especialistas e fará recurso a equipamento especializado. Poderá servir de apoio a diferentes programas de estudo.

2. Monitorizar, examinar, avaliar e documentar as condições ambientais dos espaços em que as colecções se encontram e dos espaços para onde se pretendem fazer deslocar.

Essencial para conhecer em profundidade o estado geral das colecções e dos espaços que lhes servem de protecção, de forma a, contextualizada e correctamente, definir e gerir as intervenções de conservação preventiva, curativa e de restauro.

Poderá obrigar a recorrer a diferentes instituições ou organismos no caso de necessidades específicas de meios de exame e análise. Desenrolar-se-á em sintonia com as operações de inventariação.

3. Reuniões científicas e missões

Pretende-se assegurar a qualificação da mão-de-obra interveniente, proporcionando formação específica e fomentado a permuta de informação e experiências através do apoio pontual de especialistas, integrados em instituições nacionais ou internacionais.

4. Intervenção

Englobará operações distintas que se enquadrarão nos âmbitos definidos à partida: conservação preventiva, curativa e restauro. Tais operações resultarão dos exames/inspecções efectuados e serão subordinados à interpretação das informações recolhidas, sua síntese e verificação.

Norteados pelo princípio enunciado em terceiro lugar, consideramos que, melhor do que estipular soluções radicais de grande envergadura e de, com certeza elevadíssimos custos, será verificar a eficácia e consequências de uma proposta de intervenção sobre situações/amostra ou, então mais sensatamente, assumir soluções progressivas e flexíveis ao desenvolvimento, aos resultados controláveis e à gestão dos recursos.

2.4 Requisitos gerais para a instalação conjunta da Reitoria e de Núcleos Museológicos

Com a desafecção de todos os serviços da Faculdade de Ciências a Reitoria da Universidade do Porto decidiu reinstalar no edifício, que ficará devoluto, a própria Reitoria (Programa Preliminar e Organigrama anexo) e, conjuntamente, implementar o processo de instalação de um Pólo Central Museológico, a configurar a estrutura base dos Museus Universitários.

Pretende-se que o projecto permita a autonomia entre as áreas funcionalmente necessárias à Reitoria e aos Núcleos Museológicos, nomeadamente a partir de Acessos (Entrada/ Saída) claramente diferenciados para Serviço, Público, Reitoria e Núcleos Museológicos.

Será desejável a anulação do efeito Frente/ Traseira, actualmente verificável, pela articulação com as áreas, espaços e projectos envolventes e com equipamentos e infra-estruturas existentes ou previstas. Nestes aspectos, convirá uma actuação concertada entre projectos em curso. Neste particular cumpre salientar que parte integrante dos Programas Preliminares para a Instalação da Reitoria e dos Núcleos Museológicos é a previsão indispensável das possibilidades de articulação com um edifício a projectar e construir nas imediações, num razoável raio de acção, destinado a complementar aspectos essenciais, quer da Reitoria, quer dos Núcleos Museológicos. Esse edifício, por ora designado *Aula Magna/ Auditório da Universidade do Porto*, virá a caracterizar-se como um equipamento de múltiplas valências, quer ao serviço da Universidade, quer aberto à Cidade. Assim, será dotado de relativa autonomia funcional, mas mantendo uma ligação orgânica e porventura física ao edifício da actual Faculdade de Ciências. A sua localização exacta, a ponderar, poderá permitir ser equacionada uma interligação física desejável, pelo que nos projectos deverá ser tratada esta possibilidade.

Embora considerada a localização urbana e central do edifício, deverão existir equipamentos de apoio, nomeadamente para os funcionários, seguramente uma

cafeteria/ bar, diferenciados dos que porventura vierem a existir para o público e não necessariamente integrados nas mesmas instalações.

Cumprir referir que a construção de uma *Cave*, aspecto que se desenvolverá adiante, deve ser também equacionada como Requisito Geral para a instalação conjunta, pela disponibilidade que permite no acondicionamento técnico do edifício no seu todo.

2.5 Requisitos específicos para a instalação de Núcleos Museológicos

A instalação de Núcleos Museológicos exige a construção de uma *Cave* para instalação de um *Piso Técnico* compreendendo *Galerias Técnicas* e *Dependências Técnicas*, *Oficinas de Manutenção*, gerais, *Áreas Polivalentes* e *Oficinas de Apoio* de âmbito museológico, para receber, tratar e guardar Exposições Temporárias e Materiais de Embalagem das colecções e ainda as *Reservas Museológicas*, com armazenamento individualizado pela especificidade de cada núcleo, compreendendo todas as áreas e serviços que lhe são indispensáveis.

Será condição que a *Cave* possa ser contemplada com Saídas de Emergência para o Exterior, Acessos directos do Exterior, incluindo Rampas, Escadas e Montacargas a realizar, era um ou mais pontos, junto ao perímetro exterior do edifício. Como *Piso Técnico*, deverá contemplar a existência de Comunicações Verticais de Serviço, diferenciadas das do Público, nomeadamente entre todos os pisos onde se venham a instalar Núcleos Museológicos, incluindo Escadas e Montacargas.

Enquanto em alguns casos as colecções existentes estão quantitativamente definidas e estabilizadas, outras há que poderão sofrer significativas alterações. Assim, deverá ser prevista a flexibilidade das instalações, bem como equacionada a expansibilidade, sempre que possível. Quanto às áreas, e tomando por ora as das instalações existentes, prevê-se que a construção da *Cave* possa libertar áreas significativas dos pisos superiores, podendo admitir-se, por esta via, acréscimos significativos para as áreas de exposição existentes, bem como distribuição de áreas para novas instalações. A estas áreas de exposição deverão acrescentar-se as áreas a libertar pelo serviços da Faculdade de Ciências, quando da sua transferência para novos edifícios.

Deverá ser equacionada a instalação de Núcleos Científicos Interactivos, de acordo com os princípios de uma Casa de Ciência e, no conjunto, instalada uma Rede Informática de Acesso Público, contendo informação sobre a Universidade do Porto em geral e este polo, em particular.

O desenvolvimento do projecto possibilitará autonomizar as áreas funcionalmente necessárias à(s) Sala(s) Polivalente(s) para Exposições Temporárias e os Núcleos Museológicos em Instalação Permanente.

Dadas as características deste equipamento museológico, todas as áreas deverão ser capazes de responder a um leque alargado de exigências técnicas, especificamente museológicas, nomeadamente, Monitorização para Controlo Ambiental, utilização de sistemas diversificados de Iluminação, Equipamento Técnico para garantia de

observação de critérios aceitáveis da qualidade do Ar, da Temperatura, da Humidade, etc. Estes equipamentos não deverão substituir ou acudir em substituição dos critérios relativos à qualidade de construções ou configuração arquitectónica, imperativamente exigíveis em edifícios destinados a cumprir os objectivos previstos.

2.6 Esboço de Programa Preliminar por Pisos

2.6.1 Cave (a construir)

Deverá ser considerada a realização de obras que permitam o maior perímetro possível de Cave no edifício. Note-se que em parte do edifício já existem caves, como unidades autónomas e independentes entre si.

Considera-se condicionante a verificação da impossibilidade pontual da sua construção quando o volume de obras, ao nível dos alicerces das paredes mestras do actual edifício, constitua tarefa de invulgar exigência técnica, com reflexos económicos insuportáveis ou desajustados da natureza da obra global que se pretende realizar. Se apenas os prazos, a observar de momento, constituírem obstáculo a esta realização, deverão ser ponderadas soluções faseadas a ser cumpridas num prazo mais dilatado e, se necessário, recorrendo a soluções técnicas construtivas adequadas a esse fim.

A construção de uma *Cave* deverá permitir, essencialmente, a instalação de um *Piso Técnico* e contemplar vertentes distintas, quer no que se refere à exploração global do edifício, quer especialmente no que para a instalação de Núcleos Museológicos se deverá exigir, e deverá compreender:

2.6.1.1 **Galerias Técnicas** para acomodação das linhas/ caminhos de distribuição de Infra-estruturas, quer gerais do edifício, quer específicas dos diversos núcleos, quer ainda pontos nodais (distribuição horizontal/ centrais de controle/ intersecções com colunas de distribuição vertical, etc.)

2.6.1.2 **Dependências Técnicas** complementares às redes de infra-estruturas (Postos de Transformação, Centrais para o Gás, Telefones, Tratamento de Ar nas suas diversas modalidades, etc.)

2.6.1.3 **Oficinas de Manutenção**

Carpintaria
Serralharia
Electricidade

2.6.1.4 **Reservas Museológicas** individualizadas pela especificidade de cada núcleo que possam oferecer condições ambientais adequadas aos objectos e materiais que aí se venham a encontrar, incluindo o máximo de garantias do

ponto de vista da segurança. Deverão ser facilmente acessíveis, possuir o máximo pé-direito possível, preferencialmente 3.00m, circulações e portas amplas (2.40x2.40m) e, na área de armazenamento, possuir unicamente iluminação artificial de intensidade controlável.

Estas instalações deverão permitir acesso facilitado às colecções em reserva, nomeadamente a partir dos Gabinetes de Investigação e Arquivo de Documentação, quer para investigadores residentes, quer para outros temporariamente a trabalhar sobre as colecções.

A diversidade dos núcleos obriga à realização de espaços de reserva diferenciados e respectivos arquivos.

— **Área de Serviço**

Carga e Descarga a partir de acessos directos do exterior incluindo Rampas, Escadas e Montacargas a realizar em um ou mais pontos, junto ao perímetro exterior do edifício.

— **Recepção**

— **Secretaria**

— **Sala de Quarentena**

— **Registo**

— **Laboratório de Conservação e Restauro**

Adequado à dimensão e qualidade dos núcleos de modo a poder garantir, como mínimo, os trabalhos primários relativos à conservação preventiva, curativa e restauro das suas colecções.

— **Laboratório de Fotografia**

— **Área de Embalagem e Armazém de materiais**

— **Reserva**

2.6.1.5 **Área para Recepção, Acomodação e Expedição de Exposições Temporárias**, incluindo Área de Serviço e Armazenamento de materiais de embalagem

2.6.1.6 **Espaço Polivalente** para a pré-montagem de suportes para exposição e outros

2.6.1.7 **Oficinas de Apoio** às realizações de âmbito museológico

2.6.2 Piso Térreo (1º Piso, Rés-do-Chão/ PI)

O actual Piso Térreo, com acessos directos para as cotas de circulação exteriores ao edifício, deverá, por esta razão, poder acomodar a maior parte dos serviços

destinados a um contacto continuado com o público. Conhecidas as características do edifício, localização urbana, etc, é possível admitir-se o seu atravessamento, como percurso, embora constitua limitação óbvia quando interfira com as condições ambientais e de segurança adequadas a cada um dos núcleos museológicos. Entende-se aqui como limitações todos os aspectos que possam conduzir à observação de efeitos da Poluição e/ou Contaminação das qualidades ambientais adequadas.

Acessos Principais:

- **Átrio Norte**, com acesso directo do Pórtico que confina com a Praça Gomes Teixeira/ Praça dos Leões. Este átrio configura funcionalmente um espaço de recepção e distribuição horizontal, simétrica para cada uma das alas longitudinais do edifício (a Nascente e a Poente), e estabelece a ligação vertical principal através da Escadaria Principal de Acesso ao Piso Nobre.
- **Átrio Sul**, com acesso a partir do Campo dos Mártires da Pátria/ Jardins da Cordoaria, comunica directamente com o átrio de arranque da escadaria da Ala Nascente e com um dos Pátios Internos. Neste caso, embora mantendo o carácter de recepção, não configura de imediato uma função de distribuição, remetendo esta para o referido segundo átrio que lhe está adjacente, a Nascente, a partir do qual se estabelecem as circulações horizontais do piso e que integra uma escadaria ampla de acesso aos pisos superiores. De referir que o Átrio Sul dá acesso directo, a Poente, ao Laboratório de Química, e que só a partir deste se pode aceder à rede de circulação deste piso.

Este piso integra actualmente

- Biblioteca Geral, onde se encontra o Fundo Antigo da Universidade do Porto
- Anfiteatros
- Alguns Núcleos Museológicos - Física (em instalação), Arqueologia e Pré-História, Estratigrafia e Paleontologia, Geologia, Mineralogia (em funcionamento).

Assim caracterizado, este Piso Térreo deverá poder acomodar:

2.6.2.1 **Recepção/ Entrada**

- 2.6.2.1.1 **Vestíbulo/ Guarda-Vento** que possa garantir o máximo isolamento entre as condições atmosféricas exteriores e as interiores, minimizando as variações de temperatura e humidade relativa.
- 2.6.2.1.2 **Átrio de Entrada**, permitindo a articulação funcional entre o público e as colecções, facilitando a orientação rápida para as Salas de Exposição e

Outros Serviços. Servirá ainda para amortecer o impacto das condições (temperatura, iluminação, ruído, etc.) do exterior para o interior das áreas de exposição.

Deverá, ainda, acomodar ou articular-se com:

- Serviço de Recepção/ Informações/ Exposição/ Venda/ Distribuição de Material Informativo, Catálogos, Publicações, Objectos, etc.
- Áreas complementares indispensáveis, como sejam as Instalações Sanitárias (incluindo diferenciação por sexos), instalações especiais para indivíduos com limitações
- Vestiários, incluindo áreas ou dispositivos para acondicionamento de pequenas bagagens ou objectos
- Serviços de Âmbito Pedagógico e de Lazer.

Os Serviços de Âmbito Pedagógico, que em parte se designam como Serviços Educativos, deverão integrar Pequeno(s) Auditório(s) para projecções, conferências, aulas, etc. Preferencialmente as áreas de Lazer deverão ser acessíveis a partir do Átrio e incluir zonas de Estar / Repouso e Cafeteria, embora esta se deva conciliar com a ocupação dos Pátios Interiores Abertos e com pontos localizados para a instalação de máquinas automáticas de distribuição (bebidas, chocolates, lanches, etc).

2.6.2.2 Salas de Exposição

As Salas de Exposição, permanente e temporária, deverão ser constituídas por áreas amplas, flexíveis, que permitam, quando da instalação das colecções, a circulação, intercomunicação e distribuição fácil e lógica para todos os tipos de utilizadores, individualmente ou em grupos, incluindo indivíduos com limitações físicas. A utilização no plural, sala(s), destina-se tão só a admitir a pluralidade de soluções, considerando as restrições impostas pela estrutura do edifício e as naturais expectativas, em termos de área útil expositiva. Assim, serão admissíveis soluções que, partindo dos requerimentos de área conjugadamente com a organização funcional de conjunto, possam propor desde áreas que integrem uma ou várias salas articuladas entre si até áreas em que se verifique independência entre salas, mantendo uma coerente articulação do conjunto.

Todas as salas de exposição têm de ser capazes de responder a um leque alargado de exigências técnicas, especificamente museológicas: Monitorização para Controle Ambiental, utilização de sistemas diversificados de Iluminação, Equipamento Técnico para garantia de observação de critérios aceitáveis da qualidade do ar, temperatura, humidade, etc. Estes equipamentos não deverão substituir ou acudir em substituição dos que são relativos à qualidade de construções ou configuração arquitectónica, imperativamente exigíveis em edifícios destinados a cumprir os objectivos previstos.

2.6.2.2.1 Sala(s) de Exposição Temporária/ Permanente

De carácter diversificado, consigna-da(s) exclusivamente aos aspectos gerais da Universidade do Porto, para instalar e receber exposições especificamente concebidas para tratar a história e as perspectivas de futuro da própria Universidade, as suas instituições e respectivos edifícios, incluindo, de modo extensivo e particular, este onde se instalará a Reitoria e o Pólo Museológico.

2.6.2.2.2 Sala(s) de Exposição Permanente dos Núcleos

De acordo com a natureza de cada núcleo, que deverão ser capazes de responder a um leque alargado de exigências técnicas, especificamente museológicas.

2.6.2.2.3 Sala(s) Polivalente(s) para Exposições Temporárias

Designaram-se Sala(s) Polivalente(s) para Exposições Temporárias de modo a poderem contemplar, pelo seu carácter diversificado, o seguinte:

- Receber exposições de instituições, de natureza e origem diversificada
- Servir como naturais extensões das exposições dos núcleos residentes (temáticas, comemorativas, etc.) em programações coordenadas
- Receber exposições de instituições da Universidade do Porto pertencentes à sua rede de núcleos museológicos, de natureza e origem diversificadas.

Dadas estas características, deverão ser capazes de responder a um leque alargado de exigências técnicas, especificamente museológicas, já referenciadas devendo, pois, permitir a sua utilização pelos diversos núcleos museológicos.

2.6.2.3 Instalação dos Serviços Educativos

Os Serviços Educativos constituem já um relevante serviço à comunidade, em geral, e escolar, em particular, e são uma matriz essencial da função museológica, neste caso reforçada pela natureza da própria instituição. Os núcleos existentes prestam já um volumoso serviço às comunidades escolares, de origem e grau diverso, pelo que se situam como referência para um universo extremamente alargado relativamente ao grau universitário.

A exigência qualitativa destes serviços e a quantidade dos seus utilizadores faz prever a necessidade de contemplar neste piso, por mais adequado a estas exigências, uma reserva de áreas para serviços com este carácter particular. Além disso, permite a sua natural expansão para áreas de funcionalidade claramente polivalentes, como os átrios interiores abertos.

Deverá integrar:

- Recepção Específica
- Vestiário

- Salas de Trabalho que incluam Dispositivos Didácticos apropriados, nomeadamente meios Audio-Visuais e Informáticos
- Pequeno(s) auditório(s) polivalente(s)

Deverá prever-se uma Sala/ Área de Merendas e a utilização dos Pátios Interiores para recepção de escolas

2.6.2.4 Cafeteria

2.6.2.5 Biblioteca

A considerar coordenadamente com a que se referirá como existente e designada como Corpo Central da Biblioteca.

2.6.2.6 Livraria

Essencialmente desejável, se cometida exclusivamente as publicações próprias da Universidade do Porto, ou resultantes de intercâmbio com outras universidades ou instituições congéneres ou, eventualmente, de âmbito mais alargado, embora restrito às áreas temáticas directamente associadas a este Pólo e aos seus Núcleos, desde que não colida com as naturais expectativas criadas na comunidade próxima, na qual estes equipamentos urbanos se inserem.

2.6.2.7 Loja

Para os produtos próprios da Universidade do Porto, ou resultantes de intercâmbio com outras universidades ou instituições congéneres ou, eventualmente, de âmbito mais alargado embora restrito às áreas museológicas e temáticas directamente associadas a este Pólo e aos seus Núcleos, desde que não colida com as naturais expectativas criadas na comunidade próxima, na qual estes equipamentos urbanos se inserem.

2.6.2.8 Pátios Centrais

Consignados a actividades de lazer e que possibilitem a realização de actividades no âmbito dos serviços prestados pelo Pólo e pelos seus Núcleos, como Casa de Cultura/ Ciência

2.6.2.9 Quiosques Multimedia

2.6.3 Piso da Galeria ou Sobreloja (2º Piso / Piso intermédio / P2)

Este piso, caracterizado por um pé-direito inferior aos restantes (2.62m aproximadamente) e por cobrir uma área útil total inferior à dos restantes pisos (excepção feita para o sótão), deverá ser considerado como a acomodar os Serviços dos

Núcleos Museológicos. Como acontece em alguns pontos, constitui uma extensão em altura de salas do piso térreo. Esta característica, entretanto eliminada em algumas salas, poderá ser refeita.

Destinar-se-á aos Serviços Administrativos, de Gestão, de Investigação, Técnicos, Arquivos, etc, que poderão ser alojados neste piso, conjuntamente com Pequenas Bibliotecas Temáticas, Gabinetes de Investigação, Salas de Aula, Gabinetes para Docentes e Laboratórios. Cada núcleo deverá ser contemplado com os Gabinetes de Investigação, bem como de Serviços de Administração e Gestão correspondentes, não se pretendendo, contudo, duplicar aqueles serviços que poderão ser comuns. Poderão organizar-se Serviços Administrativos e de Gestão para o conjunto do complexo museológico

2.6.4 "Piso Nobre" (3º Piso / 2º Andar / P3)

Este piso integra a Biblioteca Geral, onde se encontra o Fundo Antigo da Universidade do Porto, o Salão Nobre, Museu de Zoologia e Anfiteatros.

Deverá poder vir a acomodar a Reitoria e Núcleos Museológicos. De acordo com a sobreposição dos respectivos organigramas funcionais, esta coexistência neste piso deverá garantir total independência e autonomia funcional entre estes dois sectores.

2.6.4.1 Reitoria

A instalar

2.6.4.2 Salão Nobre

Existente, situado no corpo central da fachada Norte, com acesso directo do Átrio do piso térreo através da Escadaria Principal, desenvolve-se axialmente na perpendicular a este acesso.

Como equipamento próprio da Reitoria não poderá contudo deixar de ser equacionado também como equipamento do Pólo Museológico, permitindo uma natural e desejável intersecção.

2.6.4.3 O Corpo Central da Biblioteca

Claramente identificável como um corpo de relativa autonomia, situado no "coração" do edifício, ladeado pelos dois Pátios Exteriores (abertos), a Norte e a Sul, é servido pelas circulações transversais que ligam entre si, sensivelmente nos pontos médios, as circulações longitudinais de cada Ala.

Este corpo deverá albergar a Biblioteca existente, em todos os pisos e cave (a construir) incluindo serviços dela dependentes.

Dado que aí se encontra o "Fundo Antigo" da Biblioteca da Universidade do Porto, deveria ser possível incluir neste corpo os Serviços Técnicos devido à especificidade do seu espólio, como garantia de um trabalho continuado em todas as ver-

tentes exigíveis pela natureza dos materiais e seu valor científico. Assim, deveria contemplar Serviços Administrativos, de Gestão, de Investigação, Técnicos, Arquivos, etc, bem como ainda Pequenas Bibliotecas Temáticas, Gabinete(s) de Investigação e Laboratório.

A sua área actual deverá ser acrescida com a da cave correspondente.

2.6.4.4 Área Museológica

Este piso considerar-se-á como a extensão lógica do Piso Térreo, no que se refere à acessibilidade pelo público aos espaços expositivos que venham aqui a ser contemplados. Estes espaços não estarão vinculados às situações existentes devendo, sobretudo, obedecer à estruturação de uma nova lógica de conjunto.

2.6.4.4.1 Museu de Zoologia

Existente, localizado no corpo sob a fachada Sul e na confluência das Alas Nascente e Poente, sempre se tem debatido com a não existência de condições para um regular funcionamento.

Ocupa praticamente três pisos, dois superiores a este, constituindo, com certeza, o núcleo museológico residente com problemas mais delicados. A natureza dos materiais e a arquitectura, mobiliário e sistemas expositivos de época, merecem um atuado trabalho, como unidade museológica e testemunho em todo o seu conjunto.

2.6.4.4.2 Anfiteatros

Deverá ser ponderada a manutenção de espaços deste tipo, desde que devidamente requalificados para atender às necessidades do novo equipamento que se pretende criar.

2.6.4.4.3 Salas de Aula

Deverá ser ponderada a manutenção de espaços deste tipo, desde que devidamente requalificados para atender às necessidades do novo equipamento que se pretende criar.

2.6.4.4.4 Outros Núcleos Museológicos

2.6.5 Pisos Superiores

2.6.5.1 Reitoria e Núcleos Museológicos (4º Piso / 3º Andar / P4)

Este Piso integra parte do existente Museu de Zoologia e no Corpo Central a Biblioteca.

Destinar-se-á, no essencial, aos Serviços da Reitoria, nomeadamente, Administrativos, de Gestão, Técnicos, Arquivos, etc.

2.6.5.2 Reitoria (5º Piso / Sótão / P5)

Destinado a Serviços Internos, nomeadamente da Reitoria.

2.7 Planificação e produção das exposições

Fase I - 3 meses

- Definição de Temas/ Objectivos
- Apresentação de Propostas por parte dos diversos núcleos de temas a serem explorados
- Visitas de Estudo

Fase II — 3 meses

- Discussão das propostas
- Elaboração de guiões

Fase III — 2 meses

- Definição do conceito organizativo
- Orçamentos

Fase IV — 3 meses

- Produção de um programa para as diferentes actividades
- Guião detalhado
- Lista de objectos
- Identificação de materiais de suporte
- Selecção de tecnologia multimedia a utilizar
- Estudo das condições de conservação
- Revisão de orçamentos

Fase V — 3 meses

- Projectos, desenhos e maquetes
- Desenhos detalhados
- Revisão de orçamentos

Fase VI — 3 meses

- Construção e instalação
- Produção e apresentação de informação suplementar (ex. catálogos)
- Formação de "intérpretes das colecções"

Fase VII

— Avaliação

Fase VIII

— Alterações

— Criação de dispositivos complementares

— Manutenção